

Sama S.A. Minerações Associadas – Em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Administração de 2021

Prezados, A Administração da Sama S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sama” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. **1. Mensagem da Administração:** Amparada na Lei nº 20.514 do Estado de Goiás, que autoriza para fins exclusivos de exportação a extração e o beneficiamento da fibra de crisotila, o ano de 2021 foi marcado pelo retorno da operação plena da mineradora Sama. Diante da retomada de suas atividades, a Companhia proporcionou a abertura de 195 postos de trabalho ao longo do ano. No final de 2021,

a Companhia contava com 374 profissionais em sua estrutura, representando um aumento de 69% frente ao efetivo do final do ano de 2020. Com o resultado da retomada da operação, a Companhia alcançou no exercício de 2021 um lucro líquido de R\$ 85 milhões, crescimento de 97% em relação ao ano de 2020. **2. Desempenho Operacional e Financeiro: Volume de Vendas:** Em 2021, foram exportadas cerca de 158 mil toneladas de fibra crisotila, representando um crescimento de 111% em relação à 2020. **Receta Líquida e Lucro Bruto:** A Receita Líquida totalizou R\$ 269 milhões em 2021, representando um expressivo crescimento de 201% em relação a 2020. O Lucro Bruto totalizou R\$ 166 milhões, superando em R\$ 71 milhões o resultado auferido no ano de 2020. A margem bruta atingiu 62% em 2021. **Despesas Operacionais:** As Despesas operacionais totalizaram R\$ 39 milhões em 2021,

superior em 7% frente ao ano de 2020, reflexo, da retomada das exportações da Crisotila. O aumento das despesas operacionais foram impulsionadas, principalmente, pelos seguintes eventos: (i) R\$ 19 milhões nas despesas com vendas, reflexo do aumento das despesas variáveis e (ii) R\$ 11 milhões nas despesas gerais e administrativas, decorrente da abertura de novos postos de trabalho em função da retomada plena das atividades. O aumento de cerca de R\$ 30 milhões das despesas com vendas e administrativas foram compensadas pela receita oriunda da alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, no montante de cerca de R\$ 25 milhões, registrada na rubrica de outras (despesas/recitas) operacionais. **Lucro Líquido:** Em 2021, a Companhia contabilizou um Lucro Líquido de R\$ 85 milhões, superando em R\$ 42 milhões o resultado auferido em 2020.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.400	6.567	7.400	6.567
Contas a receber	4	80.571	34.348	80.571	34.348
Estoques	5	35.852	11.018	35.852	11.018
Impostos a recuperar	6	47.677	17.348	47.677	17.416
Partes relacionadas	8	44.061	55.889	44.061	55.889
Adiantamentos à Fornecedores		2.237	5.303	2.237	5.303
Outros ativos circulantes		16.510	3.711	16.510	3.711
Total do ativo circulante		234.308	134.184	234.377	134.252
Não Circulante					
Depósitos judiciais		2.376	2.561	2.395	2.580
Impostos a recuperar	6	7.262	7.247	7.262	7.247
Partes relacionadas	8	12.988	20.373	12.988	20.373
Outros ativos não circulantes		1.389	1.389	1.389	1.389
Investimentos	7	1.342	1.357	–	–
Imobilizado	9	2.521	696	2.531	707
Intangível	10	–	–	6	9
Total do ativo não circulante		27.878	33.623	26.571	32.305
Total dos Ativos		262.186	167.807	260.948	166.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)					
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita Líquida		269.738	133.601	269.738	133.601
Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidos e dos Serviços Prestados	21	(103.089)	(39.035)	(103.089)	(39.035)
Lucro Bruto		166.649	94.566	166.649	94.566
Recitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	21	(37.701)	(18.232)	(37.701)	(18.232)
Gerais e administrativas	21	(27.381)	(16.144)	(27.396)	(16.158)
Outras recitas/(despesas) operacionais, líquidas	22	25.632	(2.515)	25.632	(2.515)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(15)	(14)	–	–
Total das despesas operacionais		(39.465)	(36.905)	(39.465)	(36.905)
Resultado Operacional		126.184	57.661	126.184	57.661
Resultado Financeiro	23	3.075	(1.732)	3.075	(1.732)
Total do Resultado		129.259	55.929	129.259	55.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)											
	Nota explicativa	Capital social 31/12/2021	Reserva de lucros 31/12/2021	Reserva Estatutária 31/12/2021	Reserva Legal de lucros 31/12/2021	Retenção de lucros 31/12/2021	Prejuízos acumulados 31/12/2021	Outros resultados abrangentes 31/12/2021	Total controladora 31/12/2021	Participação dos acionistas não controladores 31/12/2021	Total do patrimônio líquido 31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2019		65.100	34	13.020	6.510	–	(42.344)	–	9.328	–	9.328
Lucro do exercício	18.b	–	–	–	–	–	43.046	–	43.046	–	43.046
Perda na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–	–	–	5.741	5.741	–	5.741
Saldos em 31 de dezembro de 2020		65.100	34	13.020	6.510	–	702	(27.251)	58.115	–	58.115
Lucro do exercício	18.b	–	–	–	–	–	–	–	84.867	–	84.867
Constituição de reservas		–	–	–	–	–	702	(702)	–	–	–
Ganho na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–	–	–	14.914	14.914	–	14.914
Dividendos declarados		–	–	–	–	–	–	–	(84.867)	–	(84.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		65.100	34	13.020	6.510	702	–	(12.337)	73.029	–	73.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Operacional – A Sama S.A. – Minerações Associadas (“Companhia”), localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, é uma companhia de capital fechado controlada pela Eternit S.A. A Sama tem como principal objeto social, a pesquisa e lavra de jazidas e minas, a exploração de outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, detendo a tecnologia que permite a extração e o beneficiamento do minério de variedade crisotila, que atualmente é comercializado apenas para o mercado externo. Atualmente, a Companhia detém o controle da empresa Engedis Distribuição Ltda. (“Engedis”), que, não possui atividade econômica. **1.1 Recuperação judicial:** Em março de 2018, a Eternit ajuizou, em conjunto com suas controladas, inclusive a Sama, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. O referido pedido foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, tendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se inicia os prazos para cumprimento do respectivo plano. A integral do Plano de Recuperação Judicial aprovado, e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de Relações com Investidores da Eternit S.A. **1.2 A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil:** A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade. De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos 11 ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional. Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado. No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional. Em função da publicação dessa decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu a atividade da Companhia. Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 – (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima. Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho. Nesse contexto, a Companhia interrompeu a comercialização da fibra de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo. Em 31 de maio de 2019, a Companhia se viu obrigado a hibernar os seus ativos. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Companhia continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila. Em 2020, a Sama retomou as suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Sendo assim, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200). **1.3 Continuidade operacional:** A Sama mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade operativa, todavia, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a Lei nº 20.514 do Estado de Goiás, que se julgada desfavorável à Sama, poderá gerar incertezas sobre a continuidade dos negócios no segmento em que atua.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis – A Administração ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas utilizou critérios de divulgação baseado em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia. **2.1. Políticas contábeis:** Não há novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que, na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.2 Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS[®]), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. **2.3 Base de apresentação** – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM). **2.4 Base de consolidação e investimento em controlada** – As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessa empresa. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício da empresa controlada. O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. **2.5 Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2022. **2.6 Principais práticas contábeis:** Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Caixa e bancos	986	391	989	391
Aplicações financeiras (*)	6.414	6.176	6.414	6.176
Total	7.400	6.567	7.400	6.567

(*) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 são CDB (Certificado De Depósito Bancário), não possuem carência, ou seja, estão em liquidez diária e estão remuneradas pela taxa de 106,00% do CDI.

4. Contas a receber

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Mercado interno(*)	645	268	645	268
Mercado externo(**)	80.346	35.679	80.346	35.679
Total	80.991	35.947	80.991	35.947

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
	(420)	(1.599)	(420)	(1.599)
Total	80.571	34.348	80.571	34.348

(*) Refere-se a uma receita de aluguéis com imóveis. (**) O aumento de contas a receber no mercado externo se deve às exportações do mineral de variedade crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo decreto nº 9.518. Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
A vencer:				
Até 1 ano	71.494	24.443	71.494	24.443
Valores vencidos:				
Até 90 dias	8.091	9.745	8.091	9.745
Entre 91 e 180 dias	982	172	982	172
Entre 181 e 360 dias	121	24	121	24
Acima de 360 dias	303	1.563	303	1.563
Total	80.991	35.947	80.991	35.947

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
	(420)	(1.599)	(420)	(1.599)
Total	80.571	34.348	80.571	34.348

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	(1.599)	(1.543)	(1.599)	(1.543)
Adições	(270)	(624)	(270)	(624)
Reversões	132	568	132	568
Baixas	1.317	–	1.317	–
Saldo final	(420)	(1.599)	(420)	(1.599)

Passivos e Patrimônio Líquido Circulante

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fornecedores	11	9.317	9.952	9.317	9.952
Partes relacionadas	8	86.707	1.691	86.707	1.691
Obrigações com pessoal	12	4.242	2.066	4.242	2.066
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	1.780	1.359	1.777	1.356
Provisão para benefício pós-emprego	14	4.192	4.629	4.192	4.629
Outros passivos circulantes	15	18.752	11.215	18.752	11.215
Total do passivo circulante		124.990	30.912	124.987	30.909
Não Circulante					
Partes relacionadas	8	1.254	1.267	–	–
Obrigações com pessoal	12	–	429	–	429
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	16.076	17.651	16.095	17.671
Provisão para benefício pós-emprego	14	37.564	52.308	37.564	52.308
Provisão para desmobilização da mina	17	9.273	7.125	9.273	7.125
Total do passivo não circulante		64.167	78.780	62.932	77.533
Patrimônio Líquido					
Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Reservas de capital		34	34	34	34
Reservas de lucro		20.232	19.530	20.232	19.530
Lucro/(Prejuízos) acumulados		–	702	–	702
Outros resultados abrangentes		(12.337)	(27.251)	(12.337)	(27.251)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		73.029	58.115	73.029	58.115
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	–
Total do patrimônio líquido		73.029	58.115	73.029	58.115
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		262.186	167.807	260.948	166.557

